

MÁFIA DOS TÁXIS

BRECHA NA LEI

Servidora que desviou recursos do Detran é dona de táxi no aeroporto

Erleide Bragança Luna é um dos 40 servidores públicos que têm táxis na Grande Vitória

▲ **VILMARA FERNANDES**
vfernandes@redgazeta.com.br

▲ **LEONARDO QUARTO**
lquarto@redgazeta.com.br

Uma funcionária que desviou recursos do Departamento Estadual de Trânsito (Detran) possui uma placa de táxi num dos pontos mais valorizados de Vitória, o aeroporto. No local, uma permissão pode ser comercializada – ilegalmente, já que se trata de concessão pública – por R\$ 400 mil. A licença pertence a Erleide Bragança Luna Ribeiro, que foi acusada de desviar R\$ 500 mil em vale-transporte e responde a uma ação de improbidade administrativa.

Ela é um dos 40 servidores do Estado que também são “donos” de placas de táxi na Grande Vitória. A lista inclui policiais, bombeiros e professores. O assunto é tema de uma série de reportagens da Redação Multimídia que vem mostrando as ilegalidades que transformaram o serviço de táxi numa verdadeira máfia. Um esquema que faz de uma concessão pública um benefício particular, favorece a exploração de mão de obra, con-



CARLOS ALBERTO SILVA/ARQUIVO

Esquema de aluguel de placas envolve veículos em toda a Região Metropolitana

centra o lucro na mão de um pequeno grupo e passa por fraudes e falsificações.

INVESTIGAÇÃO

A investigação realizada por nossa equipe nos últimos três meses constatou que brechas na lei e falta de fiscalização têm tornado possível a formação de frotas particulares (e irregulares) de táxi. Como a lei só permite uma placa por pessoa, as demais acabam em nome de parentes e laranjas. Os próprios taxistas estimam que 30% das placas de Vitória são alugadas.

Erleide entrou para esse

VENDA ILEGAL

400

mil reais

É quanto chega a custar uma permissão de táxi no aeroporto.

mercado na licitação da Prefeitura de Vitória em 2008. Na época, a legislação do município só vedava a participação de servidores da Capital. Ela conquistou vaga em um ponto e depois foi sorteada para o

ponto do aeroporto.

Três anos antes de participar da licitação, uma investigação interna do Detran apontou sua participação no desvio de 227.123 vales-transporte, que totalizavam R\$ 508 mil. Na época, a servidora era coordenadora da seção de Pessoal. Foi punida com três meses de suspensão e com exigência do ressarcimento de um terço do valor desviado: R\$ 176 mil.

AÇÃO

A punição aplicada pelo Detran não foi aceita pelo Ministério Público Esta-

dual, que entrou com uma ação de improbidade administrativa pedindo a devolução do valor acrescido de correções: R\$ 530 mil. “A prática de atos ilícitos por parte da demandada (Erleide) é algo indiscutível”, diz o texto da ação.

Foi solicitado o bloqueio dos bens de Erleide, já aceitos pela Justiça. Se for condenada, a servidora pode até perder o cargo. Hoje, ela está licenciada do Detran para atuar no Sindicato dos Servidores Públicos (Sindipúblicos), onde é diretora suplente.

FILHOS

Seu táxi no aeroporto é guiado por dois defensores, seus filhos Pollyana e Anderson. Os dois revezam-se num dos pontos, onde a renda, segundo relato de outros profissionais, pode chegar a R\$ 8 mil, quase o dobro de outros pontos.

Erleide recusou-se a falar com a reportagem. Informou que o tema da matéria “era assunto de sua vida privada”. Seu advogado foi procurado, mas informou, por intermédio da secretária, que só poderia falar na próxima semana.

gazetaonline.com.br

Lista dos permissionários, suas funções públicas e famílias

ENTENDA

Comércio

Em toda a Grande Vitória, placas de táxi estão sendo vendidas ou alugadas. Só em Vitória, a mais cara chega a custar R\$ 400 mil. Já o aluguel oscila entre R\$ 800 a R\$ 4,5 mil

Frota

Comprando e alugando placas, permissionários já conseguiram montar pequenas frotas particulares de táxi. Patrões que cobram de defensores diárias que variam de R\$ 140 a R\$ 250

Laranjas

Como a legislação só permite uma placa por pessoa, as placas acabam no nome de familiares – muitos são mulheres – ou de laranjas

Gaveta

Para garantir as negociações, a maioria usa procurações e contratos de gaveta

Funcionários

O negócio é tão rentável que até funcionários públicos resolveram entrar no mercado. São policiais, bombeiros, professores, além de advogada, dentista e comerciantes

Quatro são investigados pela Polícia Civil

▲ A Corregedoria da Polícia Civil já está investigando a participação policiais em licitações públicas municipais para a obtenção de placas de táxi. Os três investigadores e um policial que possuem permissões em Vitória vão ser alvo de procedimento administrativo disciplinar.

Segundo a corregedora, delegada Fabiana Maioral, a legislação que rege o servidor público policial civil – Lei 3.400/81 – veda qualquer outra atividade, remunerada ou não. Ela explica ainda que, segundo três pareceres da Procuradoria Geral do Estado (PGE), o exercício da atividade policial civil é considerado incompatível com qualquer outra atividade.

Quando isso acontece, a conduta é tipificada como transgressão disciplinar de natureza média. “Pode o policial civil responder civil, penal e administrativamente, e há a aplicação das sanções previstas no próprio estatuto”, explicou Fabiana, que já determinou que cada policial será alvo de uma investigação, em separado.

DIFERENTE

Para a Polícia Militar, as restrições existentes na lei não atingem as permissões públicas. Segundo o coronel Marcos Celante, corregedor da PM, as proibições são para o exercício de funções comerciais. “Ter uma placa não pode ser enquadrado como

TRANSGRESSÃO

“A atividade policial civil é incompatível com qualquer outra atividade, e, se for exercida, a conduta é tipificada como transgressão disciplinar”

FABIANA MAIORAL
CORREGEDORA DA
POLÍCIA CIVIL

irregularidade”, disse.

Acrescentou que foi feita uma consulta à PGE para confirmar se a exigência de dedicação integral, presente no código de conduta do PM, é incompatí-

vel com a posse de uma placa, mas que ainda não obteve resposta. Celante informou que o problema estaria no uso irregular dessa permissão e que, nos casos em que isso for comprovado, o policial pode ser alvo de investigação.

OUTROS CASOS

Não há restrições também para os demais servidores do Estado, segundo a subsecretária de Recursos Humanos, Sandra Bellon. Mas é preciso que haja compatibilidade entre os horários de trabalho e a atuação como taxista. Nas situações em que isso não ocorrer, o servidor poderá ser punido.

Policial rodoviário: dono de placa, mas não taxista

▲ Joceir Nunes nunca foi taxista, mas é dono de uma placa em Vitória. Ele, que é policial rodoviário federal, garante que sua permissão é uma renda extra. “O táxi dá um rendimento, mas há muitos gastos. Sobram R\$ 1,5 mil por mês”, explicou.

Foi na licitação de 2008 que ele conquistou sua placa. E Nunes acredita não estar cometendo nenhuma ilegalidade. Explica que a legislação que regulamenta a função de servidor federal não faz nenhuma restrição à sua participação em licitações. “Como policial rodoviário federal estou sujeito

ainda a uma lei específica da polícia que não faz também nenhuma restrição”, acrescentou.

Nunes destaca ainda que a licitação de Vitória também não restringia a sua participação. “Tanto é que fui contemplado. Nós vivemos em um país livre. As pessoas têm direito a ter o máximo de facilidades que puderem desde que não encontrem nenhuma restrição legal”, pontuou o policial.

Ele trabalha com dois defensores que prestam serviço para ele. “Nunca fui taxista, como outros nunca foram”, disse.